



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

01/12/2015



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1
1.2. VARA DA MULHER.....	2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	3
2.2. DESEMBARGADOR.....	4
2.3. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	5 - 9
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. VARA DA MULHER.....	10
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	11
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. COMARCAS.....	12
5.2. DECISÕES.....	13
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. VARA DA MULHER.....	14
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	15 - 16

Empresas devem renegociar dívidas com clientes durante toda essa semana

O Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e empresas parceiras, com o apoio do Sebrae, estão promovendo, até sexta-feira (04), o "I Balcão de Renegociação de Dívidas" no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana (Cohafuma). O objetivo é ampliar as oportunidades de acordos, tanto para as dívidas que estejam vencidas ou para aquelas que ainda podem ser resolvidas administrativamente.

Durante a programação, empresas e instituições de variados ramos (energia, telefonia, bancos, educação, lojistas, segu-

ros etc.) irão disponibilizar stands, para receber o público, identificar seus débitos e oferecer condições de pagamento.

Segundo o presidente do Núcleo de Conciliação, desembargador José Luiz Almeida, 23% das famílias brasileiras estão hoje em situação de inadimplência, ou seja, estão 60 dias sem quitar débitos; enquanto 63% estão endividadas – ainda não estão inadimplentes, mas estão pagando com dificuldade. "O nosso objetivo é facilitar o consumidor a resolver seu conflito sem precisar levar ao Poder Judiciário", disse.

Semana Justiça pela Paz em Casa terá audiências de 109 processos

Começou nesta segunda-feira (30) o mutirão da 3ª Semana Justiça pela Paz em Casa. Durante cinco dias, a Vara Especializada da Mulher, na capital, realiza audiências de instrução e julgamento de 109 processos referentes à violência doméstica contra a mulher. Também ocorrerão audiências de ações cíveis ou de família em que esse público é parte interessada, além de julgamento no tribunal do júri.

No Fórum Des. Sarney Costa, cinco juízes realizam as audiências dos 109 processos criminais que tramitam na Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher. Já no 3º Tribunal do Júri, na quinta-feira (03), será levado a julgamento Ladislao Guardia Montalvo, acusado de ser o mandante da morte da própria esposa Mary Caro Ricopa Pena, na tarde do dia 20 de março de 2013. A vítima foi assassinada dentro de casa, no bairro Santa Clara.

A 3ª Semana da Justiça pela Paz em Casa é uma mobilização de combate a violência contra a mulher e ocorre em todo o país. No Maranhão, o evento é coordenado pela presidente da CEMULHER, desembargadora Ângela Salazar, e pelo juiz membro da coordenadoria, Júlio Praseres. A campanha busca articular, junto aos tribunais dos estados, a mobilização nacional dos magistrados das varas criminais, tribunais de júri e juizados especializados na Lei Maria da Penha, para agilizar o andamento e a conclusão dos processos em que a mulher figura como vítima.

O juiz titular da Vara da Mulher em São Luís, Nelson Moraes Rêgo, explica que foram incluídos na pauta do mutirão naquela unidade judiciária os processos mais antigos e aqueles que

signação de audiências de instrução e julgamento. O magistrado destacou que a iniciativa do mutirão agiliza os processos, pois com a realização de audiências simultâneas se consegue apreciar um maior número de ações. Também dá mais dinâmica aos processos e agiliza a prestação jurisdicional.

Entre os processos incluídos na pauta do primeiro dia do mutirão, foi realizada ainda pela manhã a audiência referente ao processo em que a vítima foi espancada no meio da rua, no bairro Vicente Fialho, onde morava, em janeiro de 2013, pelo ex-namorado e morreu dias depois no hospital. A sobrinha da vítima, que compareceu à audiência como testemunha, contou que o acusado não aceitava o fim do relacionamento e constantemente ameaça matar a ex-companheira. O processo tramita da Vara da Mulher porque a denúncia apresentada pelo Ministério Público foi de lesão corporal seguida de morte e o crime enquadrado como violência doméstica. Os casos de homicídio são julgados pelo Tribunal do Júri.

Durante os cinco dias de mutirão, as audiências da Vara da Mulher serão realizadas pelos juizes Nelson Moraes Rêgo, Gustavo Henrique Silva Medeiros, Andréa Cysne Frota Maia, Maricélia Costa Gonçalves e Lívia Maria Costa Aguiar.

Edições anteriores - a primeira edição do evento ocorreu em março deste ano, quando foram realizados, em âmbito nacional, 17.113 audiências, 146 júris e 10.590 sentenças. Já na segunda edição, promovida em agosto, houve 17.448 audiências, 159 júris e 10.167 sentenças. A campanha de agosto fez alusão ao aniversário de nove anos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

Encerram hoje as inscrições para casamento

MORROS - Encerra-se hoje o período de inscrições para o casamento comunitário que a Comarca de Morros promoverá no dia 16 de dezembro, às 18h, na Congregação Shalon (bairro Peixinho). Os interessados em participar da cerimônia devem se dirigir à Serventia Extrajudicial de Registro Civil das Pessoas.

.....

Documentos exigidos estão na portaria do juiz

MORROS - As informações para o casamento comunitário em Morros constam de portaria assinada pelo juiz André Bezerra Ewerton Martins, titular da comarca. Segundo a portaria, entre os documentos exigidos para a inscrição, certidão de nascimento dos noivos, certidão de casamento anterior.

Cleonice Freire na Andes

A vice-presidência da Associação Nacional dos Desembargadores (Andes) agora tem à frente uma maranhense. A desembargadora Cleonice Freire, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, assumiu o cargo e o cumprirá até 2018. Cleonice recebeu o cargo do desembargador Bartolomeu Bueno, presidente eleito da ANDES, em solenidade de posse realizada na sede da entidade, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Conciliação

Iniciativa do TJ facilita a renegociação e a quitação de dívidas

ECONOMIA 6

Ação para renegociar dívidas é realizada pelo TJ em São Luís

Evento, que acontece até dia 4 deste mês, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, oportuniza ao inadimplente saldar seu débito de acordo com sua capacidade de pagamento

Com uma dívida superior a R\$ 4 mil na Caixa Econômica, relativa a um empréstimo, o comerciante José Manoel Silva Alves foi ontem ao Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana tentar resolver o problema no I Balcão de Renegociação de Dívidas, promovido pelo Tribunal de Justiça (TJ). No final do atendimento, ele conseguiu negociar um grande abatimento e vai poder quitar o débito à vista, pagando apenas R\$ 666,50.

Manoel Silva contou que estava com seis parcelas do empréstimo em atraso e que por diversas vezes tentou negociar a dívida na agência e nunca resolvia. "Vim aqui e valeu a pena, pois consegui negociar minha dívida, num valor bem abaixo do que eu estava devendo", disse.

A exemplo de Manoel, dezenas de outras pessoas também se dirigiram ontem, ao Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, primeiro dia de atendimento do Balcão de Renegociação de Dívidas. A ação integra o programa "Consumidor Adimplente - Cidadão com Plenos Direitos", criado pelo Núcleo de Conciliação do TJ.

É o caso do autônomo Valdir Correa Santos, que está com o nome no cadastro restritivo do Serasa pelo não pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de uma motocicleta referente ao ano passado e ontem se dirigiu ao estande da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). "Espero renegociar essa dívida e limpar meu no-

me", assinalou.

Mas também houve situações que não foram solucionadas, decepcionando alguns consumidores. José Isaías, por exemplo, tentou quitar uma dívida com o banco Itaú, mas não conseguiu. Ele disse que tinha a intenção de antecipar a quitação do débito, mas o banco não teria facilitado.

Mas, no geral, essa iniciativa do TJ, em parceria com entidades de classe, bancos, poder público e empresas, deve oportunizar, até o dia 4, que pessoas inadimplentes possam renegociar suas dívidas ou mesmo saldá-las de acordo com sua capacidade de pagamento.

Orientação

O coordenador do Núcleo de Conciliação do TJ, juiz Alexandre Abreu, informou dados de uma pesquisa que revela que 33% da população adulta do país está inadimplente, um número bastante elevado. Ele estima que 5 mil pessoas sejam atendidas até sexta-feira, 4. "Além da oportunidade de renegociar dívidas, as pessoas que vierem aqui receberão orientação do Sebrae sobre o uso correto do crédito para que não venham a se endividar novamente", ressaltou o juiz.

Os consumidores interessados em renegociar dívidas devem comparecer ao local munidos de cópias e originais de documentos pessoais, além de comprovantes da dívida adquirida (contas, boletos, etc.).

Reunião de empresas e órgãos facilita negociação

Parceiros do Tribunal de Justiça neste evento, a Federação do Comércio do Maranhão (Fecomércio) e a Associação Comercial do Maranhão (ACM) elogiaram a iniciativa do Tribunal de Justiça em reunir num só espaço diversas empresas e órgãos para facilitar a renegociação de dívidas de consumidores.

"Essa parceria com o Poder Judiciário é inédita e benéfica tanto para o consumidor quanto para as empresas", declarou o presidente da Fecomércio José Arteiro da Silva. "Essa é uma iniciativa que favorece muitas condições de negociação, trazendo novamente as pessoas para o crédito, o que é bom para o comércio", complementou a presidente da ACM, Luzia Rezende.

Além de Fecomércio e ACM, a iniciativa do TJ conta com a parceria do Sebrae, Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE), Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Empresarial

Os parceiros elogiaram iniciativa

da Associação Comercial do Maranhão (CBMAE-MA), Federação das Associações Empresariais do Maranhão (Faema) e da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB). ●



Caixa foi uma das mais procuradas por quem queria renegociar

Fotos/Flora Dolores



Balcão de Renegociação de Dívidas atraiu muita gente para o Centro de Convenções ontem pela manhã

NÚMEROS

33%

Da população adulta brasileira está em situação de inadimplência, segundo informações do Tribunal de Justiça

5

Mil pessoas deverão ser atendidas no I Balcão de Renegociação de Dívidas, realizado no Centro de Convenções

EMPRESAS

Participantes do evento

Estão presentes no I Balcão de Renegociação de Dívidas: Alvorada Motos, Banco do Brasil, Bradesco, Caema, Caixa, Câmara dos Dirigentes Lojistas de São Luís (CDL), Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (Ceape), Claro/Sim, Dalcar, Faculdade Facam, Faculdade Pitágoras, Fecomércio, Itaú, Gabryella, Mapfre Seguros, Marcopol, Mateus Supermercados, NET, Oi, Secretaria da Fazenda (Sefaz), Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz) e Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon).



José Manoel Silva Alves conseguiu abatimento para quitar dívida

Justiça faz acordo de R\$ 3,8 milhões em 2 dias

Trata-se da X Semana Nacional da Conciliação na qual todas as 23 Varas da Justiça do Trabalho no Maranhão participam; evento foi concebido pelo CNJ

A primeira instância trabalhista recolheu, nos dias 24 e 25 de novembro, R\$ 342.963,03 para o INSS e R\$ 2.619,50 de Imposto de Renda. Foram ao todo 209 acordos realizados no período. A Vara do Trabalho (VT) de Estreito foi a responsável pela maior quantia paga em dois processos de execução, sendo um contra um posto de gasolina no valor de R\$ 17.000,00 e o outro contra a empresa de água e esgoto do município de Carolina, no valor de R\$ 9.550,00.

As audiências foram realizadas pelo juiz titular da VT de Estreito, Maurílio Ricardo Neris. O magis-

trado fechou acordo também em processos na fase de conhecimento contra três carroarias no valor total de R\$ 11.400,00 e uma empresa de transportes, no valor de R\$ 10.000,00.

No primeiro dia da X Semana Nacional de Conciliação foram feitas audiências que resultaram em acordos de processos em fase de conhecimento nas VTs de Chapadinha, Barra do Corda, Timon e Pedreiras.

No segundo dia, houve acordos em processos na fase de conhecimento e de execução nas VTs de Estreito e Presidente Dutra; a VT

de Barreirinhas fechou acordos na fase de execução e a VT de Pedreiras, na fase de conhecimento.

Todas as 23 Varas da Justiça do Trabalho no Maranhão participam da semana, no período de 23 a 27 de novembro. O evento foi concebido pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para promover a paz e o diálogo entre as partes processuais, tendo em vista a resolução de ações judiciais por meio da conciliação.

MAIS

Semana visa a cultura do diálogo

Criada pelo CNJ para disseminar a cultura da paz e do diálogo, a Semana Nacional é um esforço concentrado da Justiça para resolver o maior número possível de ações judiciais por meio da conciliação.

Cururupu

A Comarca de Cururupu apresentou uma pauta com 624 audiências. Na coordenação dos trabalhos o juiz titular Douglas da Gula. Foram atendidas no primeiro dia de evento uma média de 458 pessoas. "Nós designamos 624 audiências para os cinco dias de evento, distribuídos entre Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal, Alimento, Divórcio e Investigação de paternidade. ●

RECUPERAÇÃO



Codevasf celebra convênio com Buriti

BURITI - A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) firmou convênio com a Prefeitura de Buriti para a recuperação de 14 quilômetros de estrada vicinal no município. Os recursos empregados são de R\$ 400 mil, provenientes de emenda parlamentar do ex-deputado federal Professor Sétimo (PMDB).

O Sebrae no Maranhão e a Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial do Maranhão também são parceiros do “I Balcão de Renegociação de Dívidas”, que acontece até esta sexta-feira, 4, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana.

O evento foi idealizado pelo Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), para ampliar as oportunidades de acordos com clientes em situação de inadimplência.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Semana Justiça pela Paz em Casa terá audiências de 109 processos

Começou ontem (30) o mutirão da 3ª Semana Justiça pela Paz em Casa. Durante cinco dias, a Vara Especializada da Mulher, na capital, realiza audiências de instrução e julgamento de 109 processos referentes à violência doméstica contra a mulher. Também ocorrerão audiências de ações cíveis ou de família em que esse público é parte interessada, além de julgamento no tribunal do júri.

No Fórum Des. Sarney Costa, cinco juízes realizam as audiências dos 109 processos criminais que tramitam na Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher. Já no 3º Tribunal do Júri, na quinta-feira (03), será levado a julgamento Ladislao Guardia Montalvo, acusado de ser o mandante da morte da própria

esposa Mary Caro Ricopa Pena, na tarde do dia 20 de março de 2013. A vítima foi assassinada dentro de casa, no bairro Santa Clara.

A 3ª Semana da Justiça pela Paz em Casa é uma mobilização de combate a violência contra a mulher e ocorre em todo o país. No Maranhão, o evento é coordenado pela presidente da CEMULHER, desembargadora Ângela Salazar, e pelo juiz membro da coordenadoria, Júlio Praseres. A campanha busca articular, junto aos tribunais dos estados, a mobilização nacional dos magistrados das varas criminais, tribunais de júri e juizados especializados na Lei Maria da Penha, para agilizar o andamento e a conclusão dos processos em que a mulher figura como vítima.

O juiz titular da Vara da Mulher em São Luís, Nelson Moraes Rêgo, explica que foram incluídos na pauta do mutirão naquela unidade judiciária os processos mais antigos e aqueles que estavam prontos para a designação de audiências de instrução e julgamento. O magistrado destacou que a iniciativa do mutirão agiliza os processos, pois com a realização de audiências simultâneas se consegue apreciar um maior número de ações. Também dá mais dinâmica aos processos e agiliza a prestação jurisdicional.

Entre os processos incluídos na pauta do primeiro dia do mutirão, foi realizada ainda pela manhã a audiência referente ao processo em que a vítima foi espancada no meio da rua, no bairro Vicente Fialho, onde morava, em

janeiro de 2013, pelo ex-namorado e morreu dias depois no hospital. A sobrinha da vítima, que compareceu à audiência como testemunha, contou que o acusado não aceitava o fim do relacionamento e constantemente ameaça matar a ex-companheira. O processo tramita da Vara da Mulher porque a denúncia apresentada pelo Ministério Público foi de lesão corporal seguida de morte e o crime enquadrado como violência doméstica. Os casos de homicídio são julgados pelo Tribunal do Júri.

Durante os cinco dias de mutirão, as audiências da Vara da Mulher serão realizadas pelos juízes Nelson Moraes Rêgo, Gustavo Henrique Silva Medeiros, Andréa Cysne Frota Maia, Maricélia Costa Gonçalves e Livia Maria Costa Aguiar.

Renegociação Caema

A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) participa do 1º Balcão de Renegociação de Dívidas “Consumidor Adimplente – Cidadão com plenos direitos”, que está sendo realizado no Centro de Convenções do Sebrae até o dia 4 de dezembro, das 8h às 18h.

O Balcão é uma promoção do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NU-PEMC) e visa atender pessoas, da Grande São Luís, em situação de inadimplência com as entidades parceiras, convidadas ou de comparecimento espontâneo.

Promotora diz que soldado Reis pode ser pronunciado a júri

A promotora Uiuara Medeiros, promotora da 3ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, informou nessa segunda-feira (30) que o soldado Reis pode ser pronunciado a júri popular pelo assassinato do repórter cinematográfico José de Ribamar Carvalho Filho. Segundo a promotora, o que já foi apurado até agora não deixa mais dúvida quanto à autoria do crime.

O policial militar Jean Claude Apinajé dos Reis já foi submetido a audiência de instrução e em seu interrogatório, feito pelo juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, negou que tenha sido ele o autor dos disparos de pistola 380 que mataram Carvalho. Entretanto, as

testemunhas arroladas confirmaram que realmente foi ele o autor dos tiros e que ainda fez disparos contra a residência dos pais da vítima.

Atualmente, o soldado Reis se encontra no Quartel Geral da Polícia Militar, em São Luís, aguardando pronunciamento da Justiça. Ele se encontrava em liberdade, mas foi novamente colocado recluso, tendo em vista que estava ameaçando testemunhas, entre elas as próprias filhas da vítima.

Nesse domingo (29), fez um ano que José de Ribamar Carvalho Filho foi assassinado. A missa de um ano foi celebrada nesse domingo.

10 anos

Ontem completaram 10 anos do assassinato do advogado Valdeci Ferreira Rocha. Ele foi morto com três tiros por volta das 17h do dia 30 de novembro de 2005, dentro de uma caminhonete, em frente à prefeitura. O autor do crime, Gilvan Pereira Varão, foi julgado e condenado em 5 de

março de 2008 à pena de 18 anos de reclusão. Mas já está em liberdade. Acusada de mandante, a ex-mulher de Valdeci, Irani Vieira, foi condenada a 15 anos, mas recorreu ao Tribunal de Justiça em liberdade. Outro envolvido no crime, o advogado Alexandre Moura Lima, também está solto.

Violência contra a mulher em São Luís

Semana Justiça pela Paz em Casa terá audiências de 109 processos

Começou nesta segunda-feira (30) o mutirão da 3ª Semana Justiça pela Paz em Casa. Durante cinco dias, a Vara Especializada da Mulher, na capital, realiza audiências de instrução e julgamento de 109 processos referentes à violência doméstica contra a mulher. Também ocorrerão audiências de ações cíveis ou de família em que esse público é parte interessada, além de julgamento no tribunal do júri.

No Fórum Des. Sarney Costa, cinco juízes realizam as audiências dos 109 processos criminais que tramitam na Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher. Já no 3º Tribunal do Júri, na quinta-feira (03), será levado a julgamento Ladislao Guardia Montalvo, acusado de ser o mandante da morte da própria esposa Mary Caro Ricopa Pena, na tarde do dia 20 de março de 2013. A vítima foi assassinada dentro de casa, no bairro Santa Clara.

A 3ª Semana da Justiça pela Paz em Casa é uma mobilização de combate a violência contra a mulher e ocorre em todo o país. No Maranhão, o evento é coordenado pela presidente da CEMULHER, desembargadora



dora Ângela Salazar, e pelo juiz membro da coordenadoria, Júlio Praseres. A campanha busca articular, junto aos tribunais dos estados, a mobilização nacional dos magistrados das varas criminais, tribunais de júri e juizados especializados na Lei Maria da Penha, para agilizar o andamento e a conclusão dos processos em que a mulher figura como vítima.

O juiz titular da Vara da Mulher em São Luís, Nelson Moraes Rêgo, explica que foram incluídos na pauta do mutirão naquela unidade judiciária os processos mais antigos e aqueles que estavam prontos para a designação de audiências de instrução e julgamento. O magistrado destacou que a iniciativa do mutirão agiliza os processos, pois com a realização de audiências simultâneas se consegue apreciar

um maior número de ações. Também dá mais dinâmica aos processos e agiliza a prestação jurisdicional.

Entre os processos incluídos na pauta do primeiro dia do mutirão, foi realizada ainda pela manhã a audiência referente ao processo em que a vítima foi espancada no meio da rua, no bairro Vicente Fialho, onde morava, em janeiro de 2013, pelo ex-namorado e morreu dias depois no hospital. A sobrinha da vítima, que compareceu à audiência como testemunha, contou que o acusado não aceitava o fim do relacionamento e constantemente ameaça matar a ex-companheira. O processo tramita da Vara da Mulher porque a denúncia apresentada pelo Ministério Público foi de lesão corporal seguida de morte e o crime enqua-

drado como violência doméstica. Os casos de homicídio são julgados pelo Tribunal do Júri.

Durante os cinco dias de mutirão, as audiências da Vara da Mulher serão realizadas pelos juízes Nelson Moraes Rêgo, Gustavo Henrique Silva Medeiros, Andréa Cysne Frota Maia, Maricélia Costa Gonçalves e Lívia Maria Costa Aguiar.

Edições anteriores - a primeira edição do evento ocorreu em março deste ano, quando foram realizados, em âmbito nacional, 17.113 audiências, 146 júris e 10.590 sentenças. Já na segunda edição, promovida em agosto, houve 17.448 audiências, 159 júris e 10.167 sentenças. A campanha de agosto fez alusão ao aniversário de nove anos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

Clientes e empresas buscam acordo em balcão de renegociação de dívidas

G. FERREIRA

O Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e empresas parceiras, com o apoio do Sebrae, estão promovendo, até sexta-feira (4), o "1º Balcão de Renegociação de Dívidas", no Multicenter Sebrae (Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, Cohafuma). O objetivo é ampliar as oportunidades de acordos, tanto para as dívidas que estejam vencidas ou para aquelas que ainda podem ser resolvidas administrativamente.

Durante a programação, empresas e instituições de variados ramos (energia, telefonia, bancos, educação, lojistas, seguros etc.) disponibilizarão stands, para receber o público, identificar seus débitos e oferecer condições de pagamento.

Segundo o presidente do Núcleo de Conciliação, desembargador José Luiz Almeida, 23% das famílias brasileiras estão hoje em situação de inadimplência, ou seja, estão 60 dias sem quitar débitos; enquanto 63% estão endividadas – ainda não estão inadimplentes, mas estão pagando com dificuldade. "O nosso objetivo é facilitar o consumidor a resolver seu conflito sem precisar levar ao Poder Judiciário", disse.

O superintendente do Sebrae, João Martins, acredita que o projeto piloto, na região nordeste, seja a iniciativa mais forte no sentido de permitir a renegociação de dívidas de pessoas com histórico de dívidas altas com instituições públicas e privadas que, nesse momento de crise, é necessário e oportuno. "Esse projeto é importante



Balcão de Renegociação de Dívidas irá prosseguir até a próxima sexta-feira, no Multicenter Sebrae

tanto para a classe empresarial quanto para o consumidor, que resolverá seus débitos de maneira satisfatória", concluiu a presidente da Associação Comercial do Maranhão (ACM), Luzia Rezende.

NEGOCIAÇÃO

Os consumidores interessados em renegociar dívidas devem comparecer ao local, munidos de cópias e originais de documentos pessoais, além de comprovantes da dívida adquirida (contas, boletos etc.). A ação integra o programa "Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos", idealizado pelo presidente do Núcleo de Conciliação do TJ, desembargador José Luiz Almeida, e pelo coordenador, juiz Alexandre Abreu.

Alexandre Abreu explica que a ideia é fomentar a cultura da negociação direta, com vistas a evitar o superendividamento da pessoa natural, estimular o crédito responsável e a educação financeira do consumidor. Roosevelt Mesquita aproveitou a oportunidade para negociar sua dívida de cartão de crédito junto ao Banco Bradesco, e saiu satisfeito. "Consegui reduzir a dívida em 25% e o pagamento foi acordado em 24 vezes", declarou. Empresas - Participam do balcão as empresas: Alvorada Motos, Banco do Brasil, Bradesco, Caema, Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (Ceape), Claro/Sim, Dalcir, Oi, Faculdade Facam, Faculdade Pitágoras, Fecomércio, Itaú,

Lojas Gabryela, Mapfre Seguros, Marcopol, Mateus Supermercados, NET, Secretaria Municipal da Fazenda (Scmfaz) e Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon), Caixa Econômica Federal. A iniciativa conta com a parceria do Sebrae; da Associação Comercial do Maranhão (ACM-MA); Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE); Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Empresarial da Associação Comercial do Maranhão (CBMAE-MA); Federação das Associações Empresariais do Maranhão (FAEMA); e da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB). (Ascom TJMA)

Conciliação

No Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, no Cohafuma, o Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça e várias empresas parceiras promovem o I Balcão de Renegociação de Dívidas, cujo objetivo é ampliar as chances de acordos para dívidas vencidas ou que ainda podem ser resolvidas administrativamente. No comando dos trabalhos o desembargador José Luís Almeida, profundo conhecedor da atual realidade brasileira, onde 23% das famílias estão em situação de inadimplência e 63% completamente endividadas.